

constituindo, com novas necessidades e novas perspectivas sobre si mesma e seu entorno, o Orientador Educacional estava tentando se reinventar como uma forma de reação para continuar tendo um lugar no campo educacional brasileiro.

Palavras-Chave: Educação Tecnista, Manuais de Orientação Educacional, Práticas Pedagógicas, Serviço de Orientação Educacional.

O IMPERIAL INSTITUTO DOS SURDOS MUDOS E SUAS POTENCIALIDADES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O DESENHAR DE UMA TESE

Weliton Barbosa Kuster
Universidade Federal de Pelotas
welitonkuster@hotmail.com

Resumo: o presente resumo expandido tem por objetivo apresentar as primeiras incursões que realizei referentes ao projeto de Tese de Doutorado que tenho concebido. Para tanto, trago para foco o Imperial Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos, instituição criada durante o Brasil Império (1822-1889) que se configurou como o primeiro movimento do Império para a educação especial subsidiado pelo Estado. O referencial teórico que tenciono utilizar dialoga como o Materialismo histórico-dialético e a História Cultural. Sem assumir nenhuma conclusão, acredito que essa instituição de ensino especial possui inúmeras potencialidades de pesquisas, já exploradas por outras vertentes e campos de estudo, mas quando trazidas pelo olhar do campo da História da Educação, potencializa o estudo desse Instituto enquanto espaço educativo, de educação especial e da história da educação da pessoa surda.

Introdução

O Brasil Império foi um Estado que teve sua existência durante o século

XIX. Seu molde de governo foi pautado por uma monarquia constitucional parlamentar¹ representativa que contou, principalmente, com a ascensão de dois sujeitos ao espaço central do poder: D. Pedro I e seu filho, D. Pedro II. O marco inicial desse período se deu no dia 7 de setembro de 1822, quando Pedro I proclama a Independência do Brasil após liderar um confronto bem-sucedido contra o então controle do seu pai (MARINGONI, 2011).

Com a Proclamação da Independência, um dos primeiros movimentos políticos que se desenvolvem foi a instauração de uma Assembleia Constituinte que tinha como um dos seus objetivos legar a primeira Constituição do Brasil. Nesse espaço, propuseram uma legislação particular sobre a instrução, que objetivava organizar a educação nacional (NASCIMENTO, 2006). Desse modo, em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Legislativa aprova a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Brasil Império, que estabelecia que "em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias (IMPÉRIO DO BRAZIL, 1827). O projeto era modesto e limitado, naquele momento, ao ensino primário apenas (SAVIANI, 2013). Ainda segundo Demerval Saviani (2013):

Essa primeira lei de educação do Brasil Independente não deixava de estar em sintonia com o espírito da época. Tratava ela de difundir as luzes garantindo, em todos os povoados, o acesso aos rudimentos do saber que a modernidade considerava indispensáveis para afastar a ignorância. O modesto documento legal aprovado pelo Parlamento brasileiro contemplava os elementos que vieram a ser consagrados como o conteúdo curricular fundamental da escola primária: leitura, escrita, gramática da língua nacional, as quatro operações de aritmética, noções de geometria, ainda que tenham ficado de fora as noções elementares de ciências naturais e das ciências da sociedade (história e geografia). Dada a peculiaridade da nova nação, que ainda admitia a Igreja Católica como religião oficial e estava empenhada em conciliar as novas ideias como a

tradição, entende-se o acréscimo dos princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica no currículo proposto (SAVIANI, 2013, p. 126).

Pouco tempo depois da Lei de 1827, mais precisamente, no ano de 1834, um Ato Adicional é lançado retirando a obrigatoriedade, por parte do Governo Central, de fornecer acesso à instrução primária e secundária, incumbindo essa responsabilidade aos governos provinciais² (SILVA; PAIVA, 2017). De acordo com Maria Isabel Moura Nascimento (2006):

O Ato Adicional de 6 de agosto de 1834 instituiu as Assembléias Legislativas provinciais com o poder de elaborar seu próprio regimento, e, desde que estivesse em harmonia com as imposições gerais do Estado, caber-lhe-ia legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica local; legislar sobre a instrução pública, repassando ao poder local o direito de criar estabelecimentos próprios, além de regulamentar e promover a educação primária e secundária. Ao Governo Central ficava reservado o direito, a primazia e o monopólio do ensino superior (NASCIMENTO, 2006, n.p.)

A partir disso, na tentativa de atender a demanda de docentes que surgia, se criam os primeiros decretos para a fundação das escolas normais do Brasil, objetivando o preparo de professores para a instrução das primeiras letras (XAVIER, 1992).

Mesmo diante desses movimentos, a presença do Estado na questão da educação durante o período imperial quase não era sentida, pois a sociedade se mantinha escravagista, autoritária, e girava para atender os interesses de uma minoria (NASCIMENTO, 2006). A autora ainda diz:

Ficava evidenciada a contradição da lei que propugnava a educação primária para todos, mas na prática não se concretizava. O governo imperial atribuía às províncias a responsabilidade direta pelo ensino primário e secundário, através das leis e decretos que vão sendo criados e aprovados,

sem que seja aplicado, pois não existiam escolas e poucos eram os professores (NASCIMENTO, 2006, n.p.).

Dessa forma e de modo geral, a educação do Brasil Império se configurou como tendo poucas instituições educativas, quadro que evidenciava o abismo educacional existente para a maioria da população brasileira que, porventura, contavam com a oportunidade de acesso a uma escola com uma professora leiga que ensinasse aqueles que estavam aquém dos interesses do Governo Imperial (NASCIMENTO, 2006). Nessa conjuntura, os sujeitos portadores de alguma necessidade especial não eram visualizados.

O Imperial Instituto dos Surdos Mudos e algumas potencialidades de exploração

O nascimento de instituições que podem receber a alcunha de especializadas em Educação Especial surgem, de acordo com os estudos de Siems-Marcondes (2013), durante o Brasil Império, sendo o Imperial Instituto dos Surdos Mudos um exemplo deles. Foi esse o primeiro local pensado para a educação de sujeitos com surdez e tendo se desenvolvido a partir da ação do Estado, representa parte essencial da história da educação desses sujeitos.

O movimento para a fundação do Instituto acontece a partir da proposta do professor francês Ernest Huet ao então Imperador D. Pedro II. A proposta recebe apoio do Governo Imperial e o Instituto começa a funcionar no dia 1º de janeiro de 1856.

O problema de pesquisa que se apresenta aqui está relacionado à política educacional para a Educação Especial que o Imperial Instituto dos Surdos Mudos desenvolve principalmente em seu interior para então projetá-lo na sociedade. O acesso ao acervo documental desse espaço será basilar para a composição das problematizações, que vão contar, enquanto aporte teórico previamente estabelecido e passível de mudanças, entre acréscimos e decréscimos, com os estudos do Materialismo histórico-dialético em diálogo com a História Cultural. Associar o Materialismo histórico-dialético ao campo da História da Educação diz respeito à compreensão das relações entre a estrutura social, as transformações históricas e as práticas educacionais. Essa vertente teórica fornece uma ótica crítica e analítica que permite examinar as relações entre educação e a estrutura

social. A História Cultural, em diálogo, concentra a análise nas práticas culturais, representações simbólicas e significados atribuídos pelos indivíduos e grupos sociais ao longo do tempo. Ao deixar de abarcar somente eventos políticos, econômicos ou militares, a História Cultural busca explorar as experiências humanas, os significados simbólicos e as interações culturais. Esses caminhos são só exemplos de interlocuções teóricas possíveis.

Sem assumir nenhuma conclusão, acredito que esse espaço educativo configura um importante matiz para a História da Educação, para a História das Instituições Educativas e principalmente para a História da Educação Especial, para além das pesquisas que têm privilegiado o campo da inclusão social e dos estudos da linguagem.

¹ Forma de monarquia onde o soberano exerce a autoridade de acordo com uma constituição escrita ou não escrita enquanto que o Poder Legislativo é exercido por um Parlamento (BERNER, et. al., 1976).

² As províncias foram subdivisões do território do Brasil. Não possuíam autonomia e estavam sujeitas as decisões do governo nacional (DOLHNIKOFF, 2005).

Palavras-chave: História da Educação Especial; História das Instituições Educativas; História da Educação.

Referências:

BERNER, Samuel; LOPEZ, Robert; THOMAS, G. et. al. Civilization Western and World from the Eigtheenth Century to the Present. The History Teacher, 1976.

BURKE, Peter. O que a História Cultural? Rio de Janeiro, 2005

DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição: os desafios do desenvolvimento. Revista IPEA, 2011.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. O Império e as primeiras tentativas de

organização da educação nacional (1822-1889). HISTEDBR - Faculdade de Educação Unicamp. Campinas, 2006.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. Ensaios: Interface. Botucatu, 1997.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2013.

SIEMS-MERCONDES, Maria Edith Romano. Educação especial em Roraima: história, política e memória. São Carlos, UFSCar, 2013.

SILVA, Gilson Lopes da; PAIVA, Marlúcia Menezes. Políticas e métodos de alfabetização nas escolas de primeiras letras da cidade de assú/RN (1829-1908). Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina. Unisul, Tubarão, 2017.

Xavier, Maria Elizabete S. Prado. Poder político e educação de elite. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

NARRATIVAS QUE TRANSPASSAM O REPOSITÓRIO DIGITAL TATU

Yasmym Alessandra Rodrigues Dos Santos

Unipampa

yasmym.santos.aluno@unipampa.edu.br

Drieli Gasso Colman

Unipampa

drielicolman.aluno@unipampa.edu.br

Este trabalho tem como objetivo analisar a influência do projeto de pesquisa e extensão Repositório Digital TATU (RDT) na trajetória acadêmica de discentes de graduação, pós-graduação e demais pesquisadores das áreas de História da